

6. RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DE PEDIDO NO ÂMBITO DO RERAE – PONTEIRO DE CRONOS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ESCUDEIROS E PENSO (STº ESTEVÃO E SÃO VICENTE)- BRAGA

Da **DPRUU**, submetendo para apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, conforme previsto no nº. 4, do artº. 5º do regime extraordinário de regularização de atividades económicas, vulgo RERAE, Decreto-Lei nº. 165/14, de 5/11, e Lei nº. 21/2016, de 19/7, o processo em que é requerente **PONTEIRO DE CRONOS**, relativo ao reconhecimento de interesse público municipal. Tem informação técnica da DPRRU – Divisão de Planeamento e Revitalização. O Sr. Vereador da Área do Urbanismo pronuncia-se favoravelmente.



BRAGA

Município

Pelouros da Regeneração Urbana, Mobilidade, Património, Ligação à Universidade, Planeamento, Ordenamento e Urbanismo

As *Escudeiros* *Muniz*
780918
[Signature]

Requerente: **Ponteiro de Cronos (2017/450.10.017/2)** / Local: União de Escudeiros e Penso

DESPACHO

Considerando:

- a) A informação técnica de 22/02/2018 da DPRRU no âmbito do processo 4258/URB/PED/17, de destacar que *"Todos os pedidos têm enquadramento no RERAE, competindo-nos avaliar de que modo se pretende salvaguardar e minimizar os impactos da laboração da atividade na paisagem e no dia-a-dia das comunidades residentes nas envolventes"*;
- b) O parecer favorável da União de Escudeiros e Penso ao exercício da atividade;
- c) A proximidade com outras pedreiras localizadas no município de Guimarães;
- d) o despacho anterior sobre esta matéria, de 9 de janeiro de 2018;

Submete-se à reunião de câmara o processo com o parecer favorável ao Reconhecimento de Interesse Público Municipal.

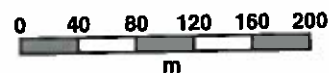
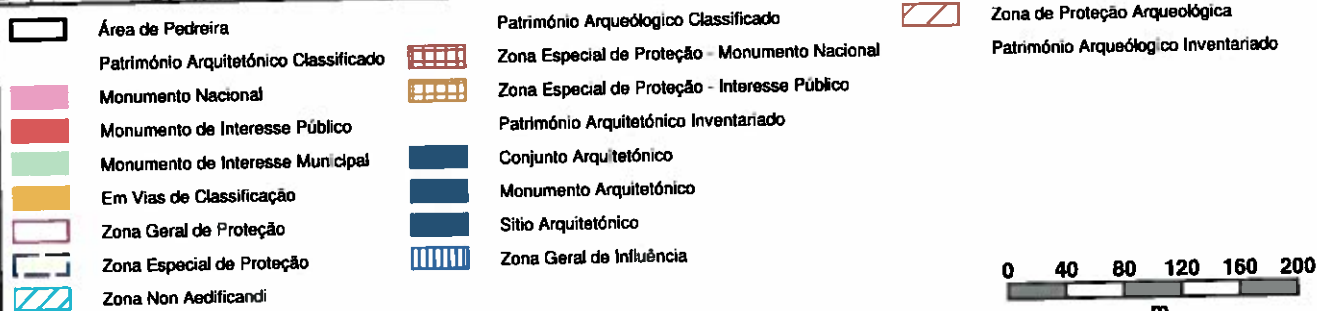
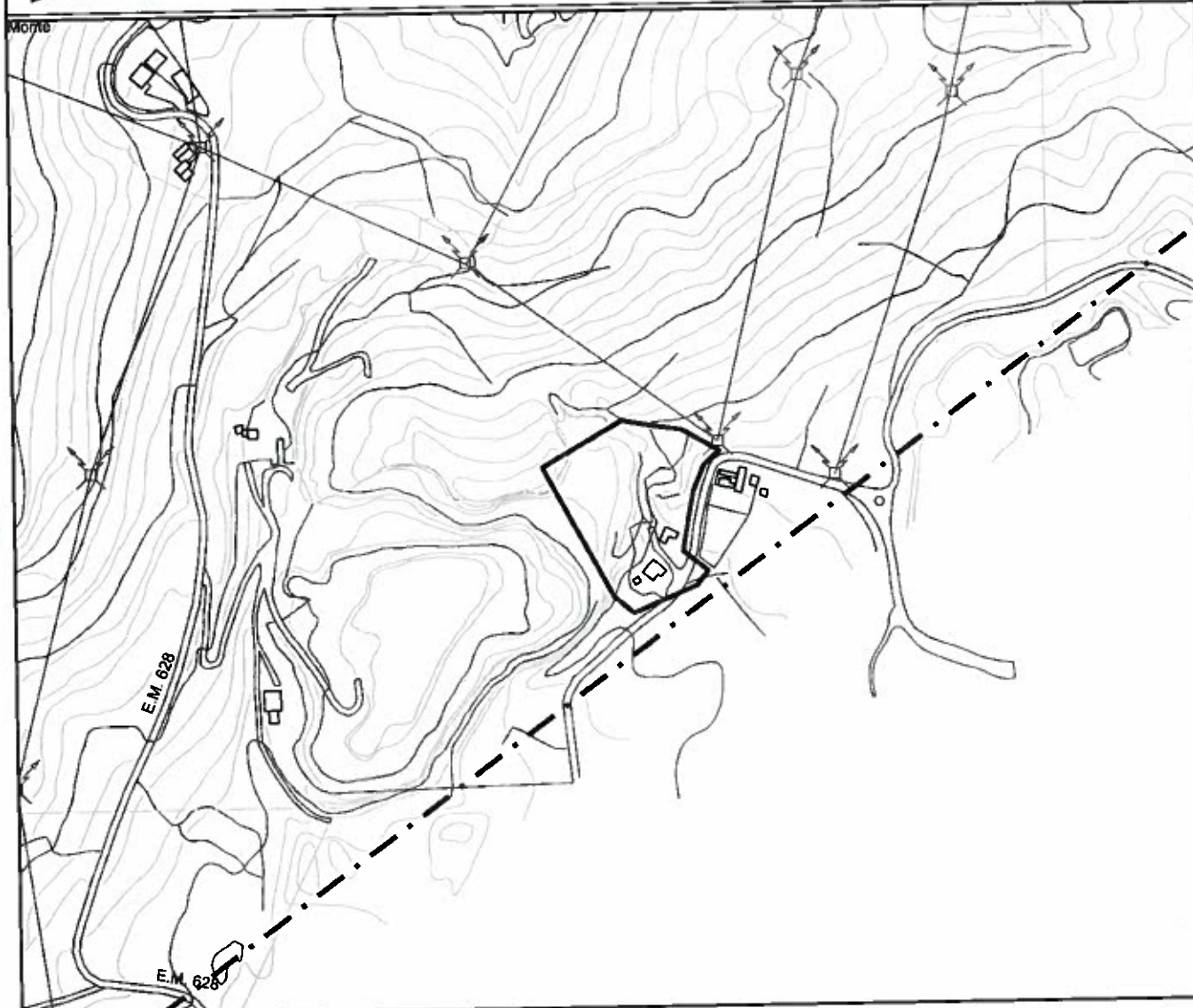
Braga, 14 de setembro de 2018

Submete-se à consideração superior o envio à reunião de executivo,

O Vereador do Planeamento, Ordenamento do Território e do Urbanismo,

[Signature]

(Miguel Sopas de Melo Bandeira)



Entidade Proprietária: Câmara Municipal de Braga
Entidade Produtora: ARTOP, Aero-Topográfica, Lda.
Data da Edição: 08/2013
Data e nº da Homologação: Nº 173 de 28-08-2013
Entidade Responsável pela Homologação: Direção-Geral do Território
Série Cartográfica Nacional 1:10 000

Projeção Retangular de Gauss - Elipsóide de Hayford, Datum 73
Coordenadas Hayford-Gauss
Datum Altimétrico Nacional (Cascais)
Exatidão Planimétrica: e.m.q. 1.50m
Exatidão Altimétrica: P.C. e.m.q. 1.80m
Exatidão Temática melhor que 90%
Precisão Posicional Nominal de Reprodução: 2.2m

Origem das Coordenadas Retangulares - Ponto Central

$\phi = 39^{\circ} 40' 00''$ $\lambda = 8^{\circ} 07' 54,862''$ W de Gr

Falsa Origem: em M: +180,598m, em P: -86,990m do Ponto Central

Sobreposição da área da pedreira com a planta de ordenamento - sistema patrimonial



Rel.	
Data	10/09/2018
Esc.	1/5.000





BRAGA
Município

DPRRU-DIV. PLANEAMENTO REV. REGENERAÇÃO URBANA

Ver. MB

Eng. Miguel Reis

Processo Obra: 2018/450.10.017/2

Registo de entrada:

Requerente: Ponteiro de Cronos

Local da obra: Escudeiros

Informação: 27705 de 07/09/2018

Assunto: Ponteiro de Cronos - Solicitação de reconhecimento de interesse público municipal para instrução de pedido no âmbito do

RERAE

Técnico responsável: Ana Filomena Farinhas da Silveira Carvalho

Informação:

Âmbito do parecer técnico

1. Através do requerimento 5268/URB/PED/17, de 27 de junho, veio a empresa Ponteiro de Cronos Unipessoal Lda, requerer o reconhecimento do interesse público municipal previsto no n.º 4 do artigo 5º do regime extraordinário de regularização de atividades económicas, vulgo RERAE, Decreto-Lei n.º 165/14 de 05/11, e Lei n.º 21/2016 de 19/07.

Análise Técnica

2. A pedreira n.º 5854 – Caseta, encontra-se em funcionamento desde 25/02/1997 por despacho do Ministro da Economia, estando a sua área de exploração devidamente identificada na Planta de Ordenamento do PDM em:

- i. Solo rural – Espaços afetos à exploração de recursos geológicos – subcategoria: Espaço de exploração consolidada (G1);
- ii. Solo rural – Espaço Florestal de Proteção.

3. Face à Planta de Condicionantes não colide com nenhuma servidão administrativa ou restrição de utilidade pública.

4. Pretende a legalização da ampliação da área da exploração, conforme planta anexa.

5. Detêm 20 postos de trabalhos, e apresentam /estimam facturação anual na ordem dos 300.000 €.

6. Nos termos expostos o pedido enquadra-se no âmbito do diploma RERAE, dado tratar-se de atividade abrangida pela alínea d) do n.º 3 do artigo 1º, e desenvolver atividade por mais de dois anos, como requerido no artigo 2º do RERAE. A este facto acresce a redação dada ao artigo 2º da Lei n.º 21/2016 de 19/07: "Para além das situações a que se refere o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, podem ainda ser apresentados pedidos de regularização relativos às atividades previstas no n.º 3 do artigo 1.º desse decreto-lei, que não tenham chegado a iniciar-se ou tenham cessado ou sido suspensas há mais de um ano, desde que existissem, iniciadas ou acabadas, instalações de suporte dessa atividade à data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro."

*Remeter ao D6V
Para decisão superior.
Há condições para ser remetido ao T.M.
Tem parecer favorável da UF. local.
Deverá ser minuciosa a monitorização
de um plano de recuperação / recuperação
ca para o local.*

10/9/2018

Miguel Reis



7. Em cumprimento do despacho do Sr. Vereador Miguel Bandeira, de 9 de janeiro de 2018, foi solicitada pronúncia às juntas de freguesia onde as explorações de massas minerais (pedreiras) se localizam, tendo essa solicitação sido reiterada a 23 de fevereiro, com a entrega do I/1218/2018, informação que retrata o procedimento de regularização extraordinária, e o cenário alternativo de análise dos pedidos das pedreiras em sede de revisão do PDM.

8. Na situação em apreço a Junta da União de Freguesias de Escudeiros e Penso pronunciou-se em sentido favorável à análise do pedido ao abrigo do RERAE.

9. É competência da Assembleia Municipal a decisão sobre o interesse do pedido da pedreira poder ser analisado ao abrigo do procedimento de regularização extraordinária previsto no RERAE, através do reconhecimento do interesse público municipal nesse processo. Importa esclarecer que o reconhecimento de interesse público municipal não representa a legalização das atuais condições, apenas permite que o processo seja analisado à luz do RERAE, demonstrando interesse municipal na resolução da situação.

10. De facto, como constante no artigo 11º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 165/2014, a deliberação da conferência decisória assume um dos seguintes sentidos: a) Deliberação favorável; b) Deliberação favorável condicionada; c) Deliberação desfavorável.

11. Não reconhecer o interesse público municipal a uma ou mais explorações é, no âmbito do RERAE, a eliminação da oportunidade de resolução da situação por esse enquadramento legal pois terá como principais consequências a rejeição liminar do processo na entidade coordenadora por deficiente instrução, e a obrigação legal de se despoletarem medidas de reposição da tutela da legalidade por parte da câmara municipal.

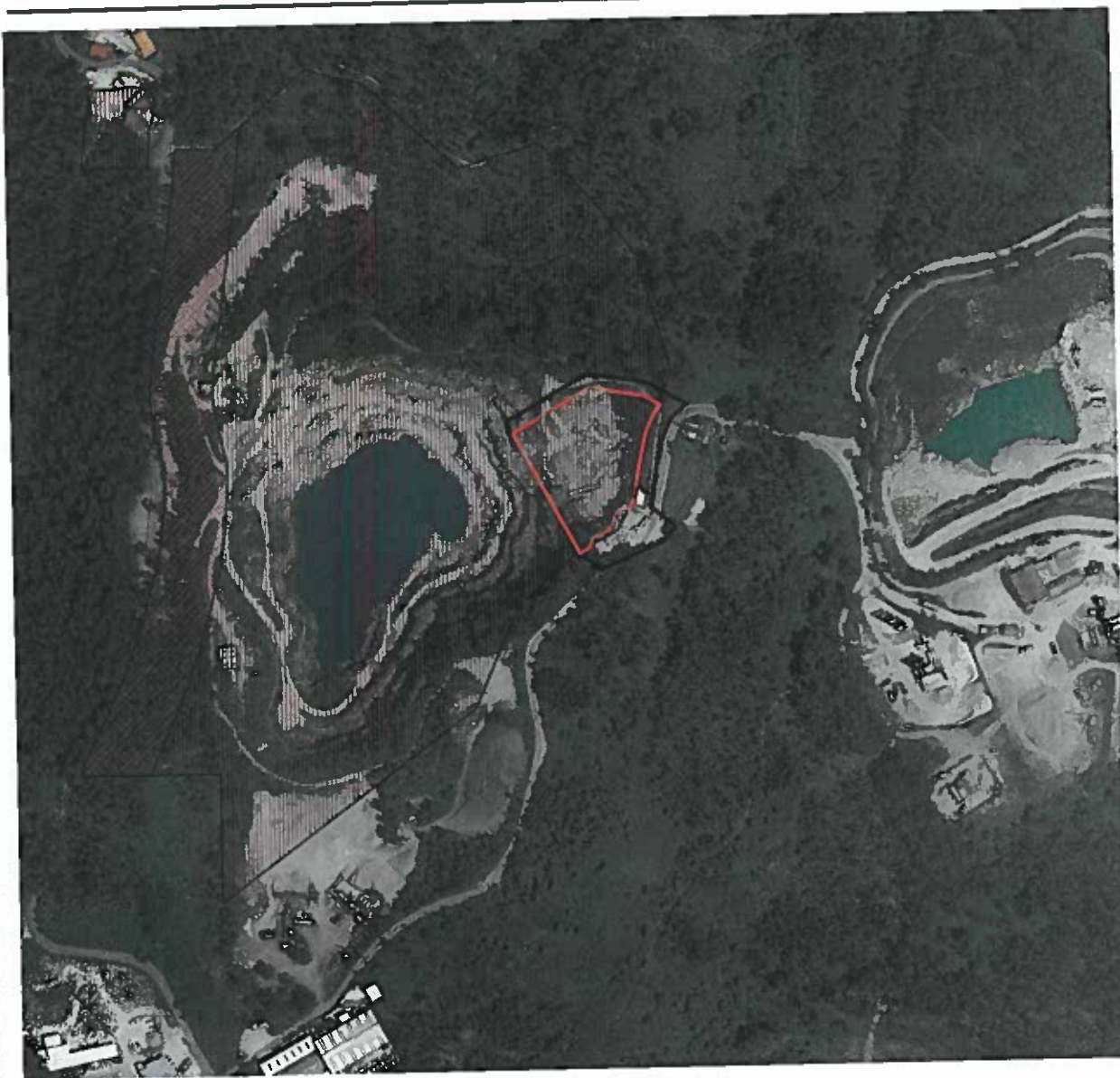
12. Em termos urbanísticos é sempre preferível que as atividades económicas se desenvolvam nos termos do título emitido do que sem ele. No universo das pedreiras esta constatação é ainda mais premente dada a obrigação de cumprimento de um plano de recuperação paisagística. No caso em apreço terá de ser esclarecida a dominialidade do caminho que atravessa a área da exploração da área dos anexos da pedreira.

Proposta de decisão

13. Decorre do exposto que o pedido tem enquadramento nas disposições do RERAE, e obteve parecer favorável da Junta da União de Freguesias de Escudeiros e Penso.

14. Nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 5º cabe à Assembleia Municipal decidir se existe interesse na regularização extraordinária desta exploração pecuária ao abrigo do RERAE, sob proposta da câmara municipal.

A Chefe de Divisão,



75 0 75 150 225 300 m

 LIMITE DE ESCAVAÇÃO PROPOSTO

 ÁREA DA PEDREIRA

ESPAÇOS AFETOS À EXPLORAÇÃO DE RECURSOS GEOLÓGICOS (PDM 2015)

 G1- ESPAÇOS DE EXPLORAÇÃO CONSOLIDADA (PDM 2015)

 G2- ESPAÇOS A RECUPERAR

DMUOP / DMPOT / DPRRU

DIVISÃO DE PLANEAMENTO,
REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

PRODUTOR: **MARTINHA ROCHA, ENG^o**

EMAIL: **martinha.rocha@cm-braga.pt**

REQUERENTE:

LOCAL: **CONCELHO DE BRAGA**

PRETENSÃO: **PEDREIRA DA CASETA**

PROC: **.....**

DOC: **.....**

DATA: **05/09/2018**

ESCALA: **1/5 000**





BRAGA
Município

DMUOP - DPOT - DPRRU - DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

I/1218/2018

Assunto: Regime extraordinário de regularização de atividades económicas: ponto de situação sobre os pedidos de exploração de massas minerais (pedreiras)

Técnico responsável: Filomena Farinhas (Chefe de Divisão da DPRRU)

Enquadramento

1. Ao abrigo do previsto no regime extraordinário de regularização de atividades económicas, vulgo RERAE, Decreto-Lei n.º 165/14 de 05/11, e Lei n.º 21/2016 de 19/07, quatro empresas dedicadas à exploração de massas minerais (pedreiras) formalizaram o respetivo pedido junto da entidade coordenadora (a Direção Geral de Energia e Geologia - DGEG) e, simultaneamente, o pedido de reconhecimento de interesse público municipal pela Assembleia Municipal, documento instrutório do processo de regularização extraordinária, sem o qual o pedido será liminarmente rejeitado na entidade coordenadora.

2. Estes pedidos visam regularizar a ampliação de áreas de exploração ou prever as condições de ampliações previstas. A Assembleia Municipal irá pronunciar-se se entende ser oportuno a legalização dessas ampliações ou não. Se entender ser de legalizar, reconhece o interesse público municipal e posteriormente, em sede de conferência decisória promovida pela entidade coordenadora - DGEG, terão os serviços técnicos municipais oportunidade de condicionar os termos da legalização.

3. Decorre do despacho do Sr. Vereador, Prof. Miguel Bandeira, datado de 9 de janeiro de 2018, a necessidade de auscultação prévia das Juntas de Freguesia diretamente relacionadas com as áreas de intervenção requeridas, pelo que importa expor, de forma clara e concisa, os valores em causa e os dois cenários possíveis em termos de procedimento administrativo.

Análise Técnica

4. Ainda que o RERAE seja uma oportunidade e um procedimento administrativo distinto da corrente gestão urbanística e dos procedimentos de planeamento, está a decorrer a par da obrigatoriedade de revisão do Plano Diretor Municipal, podendo ser este o momento para se avaliar cada caso e propor o respetivo enquadramento na futura versão do PDM.

5. Existem portanto dois cenários possíveis a esta data:

RERAE	Revisão do PDM
Se Assembleia Municipal reconhecer o interesse na legalização é emitida certidão e o processo segue na DGEG.	Se Assembleia Municipal não reconhecer o interesse na legalização via RERAE é emitida certidão negativa e o pedido no âmbito do RERAE será liminarmente rejeitado pela DGEG.
DGEG convoca a CMB para ter assento na conferência decisória. A decisão é tida por maioria, e se houver empate tem voto de qualidade a entidade coordenadora - DGEG.	No âmbito dos trabalhos de revisão do PDM, se houver intenção de legalizar as ampliações já executadas, teremos de conseguir convencer as restantes entidades da Administração Central que irão compor a Comissão Consultiva para a necessidade de alteração das manchas. Terá voto de qualidade a entidade que tutelar áreas sujeitas a regimes jurídicos específicos em presença (ex.: CCDRN pela reserva ecológica nacional).
A ata desta conferência estabelece os termos em que a legalização dos espaços e da atividade se pode processar, os respetivos prazos, e as medidas que as entidades da Administração Central poderão estar sujeitas a encetar.	O PDM não pode impor termos sobre a atividade, apenas sobre os usos em determinada localização.



BRAGA
Município

DMUOP - DPOT - DPRRU - DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

6. Todos os pedidos têm enquadramento no RERAE, competindo-nos avaliar de que modo se pretende salvaguardar e minimizar os impactos da laboração dessa atividade na paisagem e no dia-a-dia das comunidades residentes nas envolventes.

7. O procedimento de revisão do PDM irá desenvolver uma nova metodologia de planeamento assente na qualificação da paisagem, momento que obrigará a uma visão concertada, e não pontual, da importância de diversos setores económicos.

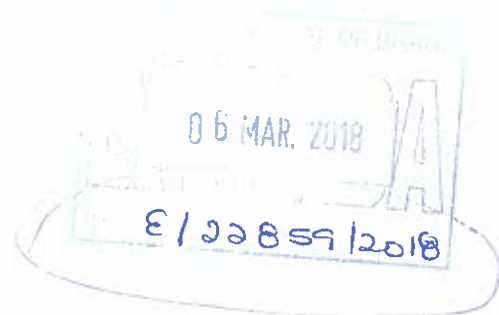
Proposta de decisão

8. Correspondendo a um ponto de situação, recomenda-se que o conteúdo desta informação seja do conhecimento das Juntas de Freguesias envolvidas.

A Chefe da DPRRU,

Filomena Farinhas
22/02/2018

PONTEIRO DE CRONOS, UNIPESSOAL, LDA
LUGAR DAS POÇAS - ESCUDEIROS
ESCUDEIROS
4705-473 ESCUDEIROS BRG
Nr. Contribuinte: 507419952



Ex.mo Senhor:
Presidente da Câmara
Municipal de Braga

Assunto: Entrega de Declaração da União de freguesias
de Escudeiros e Penso (Stº Estêvão e S. Vicente)
Pedreira nº 5854 – Caseta
Freguesia: Escudeiros
Pedido nº5268/URB/PED/17 de 27/06/2017

A empresa Ponteiro de Cronos, Unipessoal, Lda, com sede no Lugar das Poças – Escudeiros – Braga, NIF: 507419952, representada pelo sócio gerente José Martins Couto, vem juntar ao pedido acima indicado declaração emitida pela União de freguesias de Escudeiros e Penso (Stº Estêvão e S. Vicente) com parecer favorável acerca da actividade industrial exercida nessa mesma união de freguesias

Junto declaração da União de freguesias de Escudeiros e Penso (Stº Estêvão e S. Vicente) emitida em 23/02/2018.

Pede deferimento,
Braga, 2 de Março de 2018
O gerente,

Jose Martins Couto

*A DPRRU para
juntar ao processo
REAR.*

7/11/2018

gmc

*À Vere. da Maj. Br. de
ce. Dr. Zé Maria Rosa
Arg. F. Gomes Mendes*

1803.26

[Signature]



UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESCUDEIROS E PENSO
(SANTO ESTÊVÃO E SÃO VICENTE)

Largo de Assento
4705-473 ESCUDEIROS, BRAGA
NIF: 510836569

DECLARAÇÃO

Fernando Alberto Oliveira Costa Silva, Presidente da União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estêvão e São Vicente), declara, para os devidos efeitos, que a empresa “Ponteiro de Cronos, Unipessoal, Lda” com sede social em Rua das Poças, nº 13 4705 – 473 Escudeiros, com actividade industrial de extracção de pedra (pedreira) na Rua da Cazeta representa uma mais valia para esta União de Freguesia uma vez que emprega cerca de 20 pessoas desta União. Por ser verdade e me ter sido pedida passo a presente declaração que assino e autêntico com carimbo em uso nesta União de Freguesias.

Escudeiros e Penso, 23 de Fevereiro de 2018

O Presidente
de Penso (Santo Estêvão e São Vicente)
Braga
Fernando Silva

**BRAGA**

Regeneração Urbana
Património
Trânsito/Mobilidade
Ligação à Universidade
Planeamento, Ordenamento e Urbanismo

Despacho

O Regime Extraordinário e Regularização de Actividades Económicas (RERAE), aprovado pelo Dec.-Lei Nº165/2014, de 05/2014, de 05/2011 e prorrogado pela Lei Nº 21/2016, de 19/07, abriu a possibilidade de regularização de diversas actividades económicas, designadamente, a **exploração de pedreiras** incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e/ou condicionantes de uso do solo, abrangidos pela referida legislação, finalidade para a qual é solicitado a declaração de "interesse público municipal". Assim:

- 1 - Considerando o elevado impacto no território da actividade em causa, particularmente os efeitos do foro ambiental e da qualidade de vida das populações envolventes às explorações;
- 2 - Considerando o tipo de povoamento disperso do nosso Concelho, bem como o elevado crescimento urbano sentido nas últimas décadas, que confere uma elevada densidade populacional (989,5 habitantes/km²; INE, 2011);
- 3 - Considerando o modo irregular como um número significativo dessas explorações vêm operando nos últimos anos;
- 4 - Considerando a necessidade de auscultação prévia e emissão de parecer por parte das Autarquias, Juntas e União de Freguesias, por forma a sustentar os pareceres técnicos a submeter;
- 5 - Considerando a estratégia privilegiada de desenvolvimento sustentado e de qualificação ambiental em vigor para o município, veiculada pelo Plano Director Municipal (PDM);
- 6 - Considerando a reabilitação da paisagem como elemento estruturante do ordenamento do território;
- 7 - Considerando a proximidade do início do período de revisão do PDM, que promove a visão integrada e estruturada do ordenamento do território do município, minimizando o efeito atomístico das decisões isoladas;

No âmbito das competências que superiormente nos foram delegadas, por forma a fundamentar o parecer sobre o "interesse público municipal" a submeter aos órgãos autárquicos, determinamos que os processos de avaliação técnica e económica deverão integrar a análise das implicações ambientais e sociais, de modo a privilegiar a defesa do interesse público municipal e do desenvolvimento sustentável, na proposta de submissão à deliberação dos órgãos competentes. Neste sentido determino ainda que as Juntas e Uniões



BRAGA

Regeneração Urbana
Património
Trânsito/Mobilidade
Ligação à Universidade
Planeamento, Ordenamento e Urbanismo

de Freguesia directamente relacionadas com as áreas de intervenção requeridas sejam previamente auscultadas e os seus pareceres incluídos na instrução dos processos.

Neste sentido, entendendo ser chegada a oportunidade para se proceder à regularização das actividades em curso com vista à sua consolidação e parametrização regulamentar, designadamente, a recuperação ambiental, do ponto de vista da orientação política que legitimamente nos assiste, e com base nos considerandos anteriormente enunciados, julgamos ser o momento para se proceder ao condicionamento das ampliações de área das explorações existentes, e de não permitir a reactivação de pedreiras entretanto desactivadas. Por último, recomendamos como oportuno, do ponto de vista do ordenamento do território do município, a inclusão do presente escrutínio no âmbito da avaliação técnica e na discussão pública decorrente da próxima revisão do PDM.

Braga, 9 de Janeiro de 2018

Miguel Sopas de Melo Bandeira

Vereador da Câmara Municipal de Braga